

do respectivo júri, faz-se público que no procedimento concursal supra mencionado, aberto pelo aviso n.º 1475/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 15, 2.ª série, de 22-01-2010, foi atribuída ao concorrente admitido e aprovado nos métodos de selecção a seguinte classificação final:

Candidato aprovado:

Nome	Classificação final (em valores)
João Paulo Gomes Barbosa da Costa	14,07

Candidatos excluídos na aplicação do método de selecção Prova de Conhecimentos:

Nome	Prova de conhecimentos
Alda Raquel Rodrigues Pinheiro	(b)
Ana Luisa Monteiro Magalhães	(a)
Ana Raquel Canteiro Alves	(b)
Ana Sofia Lameira Monteiro	(a)
Anabela Carvalho Vieira	(b)
Andréa Louise Moutinho Gartner	(b)
Bruno Carneiro Ferreira Ladeiro	(b)
Eliana Marina Sarandão de Sousa	(b)
Helena Catarina Teixeira Meireles	(a)
Isabel Sofia Garcia Vale	(b)
Joana Patrícia Molato Figueiredo Lopes Monteiro	(b)
Maria Sofia Carmona Freire Otto	(a)
Mariana Rocha Pité	(b)
Marta Louro Barbosa Remédios	(b)
Núria Joana Costa Ferreira	(b)
Ricardo Jorge Guedes Paiva Freixo	(a)
Sofia Caçoilo Corticeiro	(b)
Solange Almeida Morais Burri	(a)
Sónia Carla da Silva Barros Rodrigues Mendes	(b)
Sónia Cristina Marcus Preto	(b)

(a) Nota inferior a 9,5.
(b) Não compareceu.

Candidata excluída na aplicação do método de selecção Avaliação Psicológica:

Nome	Avaliação psicológica
Bruno José Beirão Ferreira Loureiro	(a)

(a) Nota inferior a 9,5.

Candidata excluída na aplicação do método de selecção Entrevista Profissional de Selecção:

Nome	Entrevista profissional de selecção
Andreia Susana Ferreira Poças Alves	(b)

(b) Não compareceu.

A presente lista unitária de ordenação final foi homologada por despacho de 28 de Abril de 2011 da Presidente do Conselho Directivo deste Instituto, e encontra-se disponibilizada nas instalações do LNIV, em Vairão e Lisboa, publicada na página electrónica do INRB, I. P., e notificada aos candidatos, nos termos do n.º 5 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2010.

Do despacho de homologação da presente lista, pode ser interposto recurso, nos termos do artigo 39 da Portaria N.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

24 de Maio de 2011. — A Presidente do Conselho Directivo do INRB, I. P., *Rosa Sá*.

204719599

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.

Aviso n.º 12060/2011

Educadores de Infância

Requisição

O LNEC pretende recrutar três educadores de infância, em regime de requisição, para exercerem funções na sua creche/jardim de infância.

No prazo de 10 dias úteis aceitam-se candidaturas de trabalhadores com a categoria de Educador de Infância e com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, acompanhadas de:

- Requerimento solicitando a admissão;
- Curriculum vitae* detalhado;
- Fotocópia do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão;
- Fotocópia do documento de habilitações académicas;
- Declaração passada pelo Organismo onde exerce funções com indicação do escalão, índice, remuneração e relação jurídica de emprego público que possui.

As candidaturas deverão ser entregues em envelope fechado, devidamente identificado como “Candidatura para recrutamento de educadores de infância”, no LNEC, sito na Avenida do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa, ou enviadas por correio registado. Podem ainda ser enviadas por correio electrónico até ao termo do prazo para: “recrutamento@lnecc.pt”

26 de Maio de 2011. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

204730127

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I. P.

Aviso (extracto) n.º 12061/2011

Na sequência do procedimento concursal comum aberto pelo aberto pelo Aviso n.º 22903/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Novembro de 2010, e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico.

Candidatos aprovados:

1.º Florbela Martins da Silva — 17,66 valores.

Candidatos excluídos:

Não houve.

A lista unitária de ordenação final foi objecto de homologação por meu despacho, de 20 de Maio de 2011, tendo sido igualmente publicitada e notificada nos termos dos n.ºs 5 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril.

26 de Maio de 2011. — A Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I. P., *Maria Valentina Filipe Coelho Calixto*.

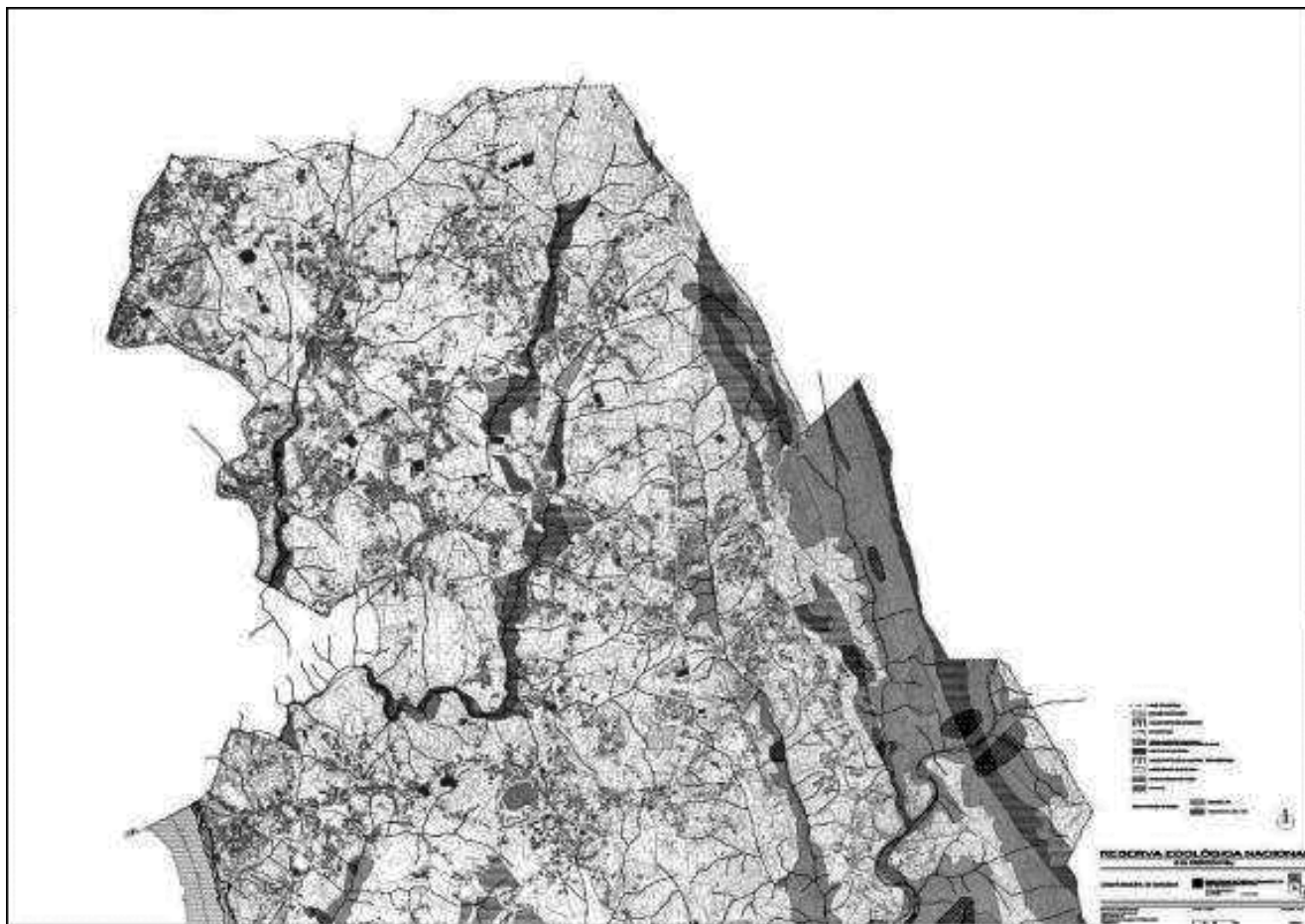
204728816

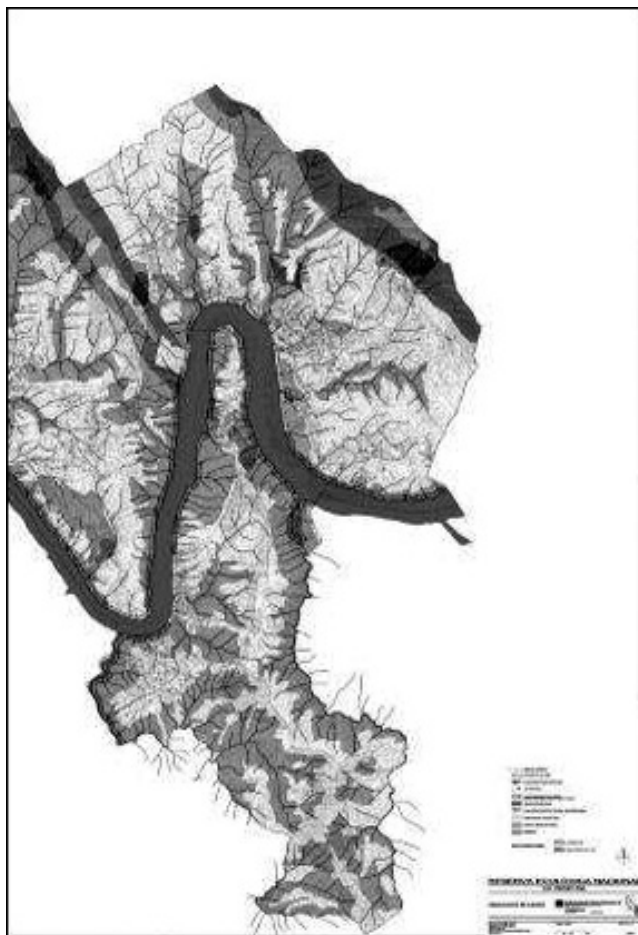
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 12062/2011

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, é efectuado a correcção material das folhas A,B, e C da carta da Reserva Ecológica Nacional do município de Gondomar, republicando a versão corrigida.

24 de Maio de 2011. — O Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, *Paulo Jorge Gomes*.





204730913

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 12063/2011

Recrutamento de Técnico Superior por mobilidade interna

1 — Faz-se público que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) pretende recrutar, em regime de mobilidade interna, 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, ao abrigo do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

2 — Local de trabalho — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, em Lisboa.

3 — As funções a exercer desenvolvem — se no âmbito das seguintes actividades:

Assessoria técnica ao Gabinete de Apoio à Presidência da CCDRLVT designadamente garantindo a digitalização de informação geo-referenciada, tratamento de cartografia digitalizada e prestação de informação de processos nas áreas de Ordenamento do Território, Ambiente e Fiscalização.

4 — Requisitos gerais de admissão:

a) Ser trabalhador de órgão ou serviço da Administração Pública Central, com relação jurídica de emprego público constituída por tempo indeterminado, em efectividade de funções ou em situação de mobilidade especial.

b) Estar integrado na carreira/categoria de técnico superior.

5 — Requisitos especiais de admissão:

Licenciatura em Geografia, Engenharia do Território ou outra que se enquadre no cumprimento das funções pretendidas e desde que demonstre formação e experiência profissional na área dos Sistema e Informação Geográfica.

Os candidatos devem também ser detentores dos seguintes requisitos:

Experiência mínima de dois anos na área dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG);

Conhecimento ao nível dos softwares Geomedia e ArcGIS;
Conhecimentos de ordenamento do território e ambiente;
Conhecimentos ao nível da aquisição e tratamento de informação geográfica

Pro-actividade, autonomia e facilidade de relacionamento inter-pessoal

Sentido de responsabilidade e disciplina de trabalho

6 — Remuneração — A remuneração mensal a atribuir é a correspondente à posição remuneratória actualmente detida, de acordo com o disposto no artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010, de 2010, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2011).

7 — Prazo de apresentação de candidaturas — Dez dias úteis após a publicação do presente aviso.

8 — Formalizações de candidaturas — as candidaturas são formalizadas através de requerimento dirigido à Presidente da CCDRLVT, entregues pessoalmente na Secção de Expediente e Arquivo, entre as 9H30 e 12H30 e as 14H00 e 17H30, na Rua Artilharia Um, n.º 33,1269-145 Lisboa, ou enviadas por correio registado, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, para o mesmo endereço com indicação exterior de “Recrutamento por mobilidade interna — Assessoria técnica ao Gabinete de Apoio à Presidência da CCDRLVT”.

9 — Do requerimento de candidatura devem constar os seguintes elementos: identificação da actividade a que se candidata (modalidade da relação jurídica de emprego público), nome, endereço e telefone de contacto, naturalidade, data de nascimento, habilitações literárias, tipo de vínculo e serviço ou organismo a que pertence, categoria detida, posição e nível remuneratórios.

10 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum Vitae* do candidato, actualizado, datado e assinado;
- b) Fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias;
- c) Fotocópia dos documentos comprovativos das acções de formação profissional realizadas;
- d) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão.

11 — Métodos de selecção — análise curricular, com carácter eliminatório, e entrevista.

A selecção dos candidatos será efectuada com base em análise curricular, podendo ser complementada com uma entrevista.

Apenas os candidatos pré-seleccionados na análise curricular serão contactados para a realização da referida entrevista.

26 de Maio de 2011. — A Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *Teresa Almeida*.
204732136

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete da Ministra

Declaração de rectificação n.º 948/2011

Ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, declara-se que o despacho n.º 5129/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 59, de 24 de Março de 2011, saiu com uma inexactidão, que, mediante declaração da entidade emitente, assim se rectifica:

No n.º 2 do artigo 2.º, onde se lê «2 — As alterações introduzidas pelo presente despacho produzem efeitos relativamente às candidaturas apresentadas à presente Tipologia de Intervenção que não tenham saldo final submetido ao Programa.» deve ler-se «2 — As alterações introduzidas pelo presente despacho produzem efeitos relativamente às candidaturas apresentadas à presente tipologia de intervenção que não tenham saldo final submetido ao Programa à data da sua assinatura.»

23 de Maio de 2011. — A Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, *Maria Helena dos Santos André*.

204717232

Declaração de rectificação n.º 949/2011

Ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, declara-se que o despacho n.º 6562/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 21 de Abril de